

A Vida e a morte dos grandes: discursos memoriais no Império português (século XVII)

GUILHERME AMORIM DECARVALHO¹

Introdução

A presente comunicação tem por objetivo propor o andamento de uma tese de doutoramento que pretende analisar a estrutura e enquadramento de determinados discursos memoriais, tais como panegíricos e sermões fúnebres, tratados de bem morrer, crônicas laudatórias e manuais de bom governo, a partir de um corpo documental previamente selecionado. Procurar-se-á perceber a influência que este tipo de obra exercia na experiência política do Império português no século XVII, tanto no reino como na Índia e América portuguesa, com seu ideal de representação do poder e da justiça, o qual contribuía para o ajuste do comportamento político e práxis social de homens ilustres, como governadores, vice-reis, nobres e militares. Por outro lado, levando-se em consideração a circularidade entre os discursos e as práticas, admite-se que seus enunciados adquirem e fornecem sentido de acordo com a realidade político-social. Assim, ao meso tempo que os discursos memoriais criavam e reforçavam representações, eles eram também representantes do modelo político em que estavam inseridos.

As fontes selecionadas para a análise são: “Arte de bien morir”, de António Alvarado, “Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão”, do padre Estevão de castro, “Breve direção para o santo exercício da boa morte”, do padre Joseph Ayres, “Retrato de prudentes, espelho de ignorantes”, do padre Francisco Ayres, “Sermão fúnebre em as exéquias do ilustríssimo e reverendíssimo senhor frei Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa, Primas e Governador da Índia”, “Relação das exéquias do Rei Dom Felipe”, de Gabriel da Costa, Sermão Fúnebre nas exéquias do senhor Roque da Costa Barreto, do conselho de guerra e governador do Brasil”, de Manuel da Madre, “Threnos Funeraes, a morte do sereníssimo príncipe de Portugal, Dom Theodosio”, por Manuel das Chagas, “Vida de Dom Duarte de Meneses, Conde de Viana”, por Augustin Manuel, “Vida de Dom João de Castro,

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

quarto vice-rei da Índia”, por Jacinto Freire, “Elogio do muito valoroso e de raras virtudes Dom João castro, ilustríssimo governador e vice-rei da Índia”, por Domingos Lopes, “Vida de

Francisco Galvão, sereníssimo fidalgo da Casa de Bragança”, de Lourenço Anastácio, “Vida de Luis de Ataíde, terceiro conde de Atouguia e vice-rei da Índia dias vezes”, por Joseph Pereira, “Vida de Manuel Machado de Azevedo, senhor das Casas de Castro, y Barroso”, por Marques de Montebelo, “Vida de Dom Nunes Álvares, primeiro Condestável de Portugal”, pelo padre Domingos Teixeira, “O Herói português, vida, façanhas, vitórias, virtudes e morte do excelentíssimo senhor D. Nuno Alvarez Pereira, condestável de Portugal”, por António D’Escobar, “Panegírico ao sereníssimo rei Dom João, o IV, restaurador do reino Lusitano”, por João Nunes, “Crônica do muito alto e muito poderoso Rei destes reinos de Portugal Dom João, o III”, de Francisco D’Andrada, “Crônica Do Rei D. João I de Boa Memória e dos Reis de Portugal, o Décimo”, de Fernão Lopez, e a “Crônica do rei Dom Afonso, o quarto do nome, e sétimo dos Reis de Portugal”, de Rui de Pina, “O Governador cristão, deduzido das vidas de Moisés e Josué, príncipes do povo de Deus”, por frei João Marquez, “Memorial da vida cristã”, por Luys de Granada e “A verdadeira razão de estado”, de Dom Fernando Alvia.

Conforme a análise prévia dos documentos selecionados, acreditamos que existam entre eles, determinados padrões de ideias e representações políticas que conformavam o cenário político do Império português no século XVII. A partir disto, pretende-se perceber nesses discursos, a construção de determinadas lógicas que imprimiam movimento ao modelo político e social do período.

Analisando essas fontes históricas em conjunto, procuraremos entender as características desse contexto discursivo encomiástico e doutrinário, por meio do qual os autores e personagens dos textos apresentam suas convicções acerca do universo político e social do Império português. A reunião destes documentos formará um contexto discursivo, que, por sua vez, compõe um contexto histórico relativo à construção e dos discursos memoriais, e as lógicas da cultura política do século XVII.

Propomo-nos a tentar compreender os documentos selecionados dentro da lógica política do período, que, como entendemos, estava orientada por lógicas corporativas de sociedade e governo. As representações políticas e sociais que servirão como fio condutor para a análise dos documentos será, em um plano geral, a concepção de justiça como a manutenção do bem comum, ou harmonia social, ideal a ser observado por todos os corpos sociais, por meio da manutenção de suas respectivas jurisdições; a autonomia relativa de auto-

organização e a autogestão dos corpos sociais, tendo em vista o melhor cumprimento de suas funções dentro da *respublica*, e o papel da boa morte, compreendida como o remate de uma vida pública assentada aos moldes do ideal político da sociedade.

Os discursos de tipo memorial têm sido analisados em uma perspectiva diacrônica evolutiva, e compreendidos como parte de um processo civilizatório teleológico, conformador da sociedade. Dentre os documentos selecionados, os tratados de boa morte e os sermões fúnebres são os mais utilizados pela historiografia do Império português, embora, quase sempre relacionados a seu papel especular de cristianização da sociedade. A proposta de tese é analisar tais discursos, conferindo-lhes também a dimensão política, em uma perspectiva sincrônica, com outros discursos memoriais e a cultura política do século XVII.

Discussão Historiográfica

Os textos que têm por objetivo principal compor uma memória política, ou seja, construir um discurso acerca de uma grande personalidade que se acredita ser um bom exemplo dentro de uma tradição e de um modelo político-social, não têm recebido a devida atenção dos historiadores brasileiros. Isto se deve, em parte, à própria natureza destes documentos, que ao se proporem a fazer um discurso encomiástico, selecionam os fatos narrados tendo em vista a idealização do perfil do homenageado. Esta característica relegou os textos honoríficos a um segundo plano, preferindo-se documentos mais comprometidos com a chamada “verdade histórica”. No entanto, entendemos que esses textos, tidos como extra-políticos, propõem-se a ressaltar os ditos e feitos de homens que ocuparam cargos importantes na administração do Império ou que se destacaram como exemplo na vida nobiliária, servindo como guia de boa conduta, e que contribuíram para a configuração da moral política e da práxis social. Dessa maneira, tais discursos, ao se proporem a criar uma memória, extrapolam o nível da criação literária para atingir o âmbito político. É precisamente na idealização da trajetória desses “grandes homens”, partindo ou não de dados “reais” (nível objetivo), que este tipo de obra oferece critérios de orientação para ajustar as condutas. E é ainda por meio destes discursos que a tradição adapta e plasma novas ideias e/ou novos ideais aos seus fundamentos, à medida que novas conjunturas se desenham. De acordo com o

célebre panegirista português, João de Barros, o panegírico² é um gênero literário que possui maior valor e autoridade do que a própria história, pois enquanto esta trata apenas das coisas que se podem ver e as representam, os panegíricos discorrem sobre o que se ouve, derivando-se da memória (SERNA, 1995: 16), o que os torna um meio mais eficaz para a instrução de outros homens. Seguindo este pensamento, neste caso, a memória transforma-se em construção mais importante do que o fato em si, ao legitimar o modelo tradicional.

Partindo desta proposição de João de Barros e de algumas questões epistemológicas suscitadas por Paul Ricoer em seu livro “A memória, a história, o esquecimento”, percebemos que tanto os discursos memoriais quanto o discurso histórico apresentam em suas narrativas representações do passado. Os primeiros buscam representar a exemplaridade do homenageado perante a sociedade na qual ele se inseria, e o segundo procura representar o passado, segundo seus próprios critérios de “verdade”. Percebe-se então, que ambos os discursos criam uma imagem com o intuito de representar algo ausente. No entanto, nos discursos memoriais, os autores deixam clara a relação entre as exemplaridades e a prática social representada por elas, ao passo que no discurso histórico, o processo que transforma a representação do passado em um ente presente é dissimulado (deliberadamente ou não) para criar um efeito de realidade, oferecendo uma espécie de “imagem legível”. Esse ato de hipostasiar a representação-objeto em detrimento do processo de representação cria, pretensamente, um “dado objetivo”, que “salta aos olhos” do leitor (RICOEUR, 2007). Quando relacionados a matrizes de distribuição de poder, o referido “efeito do real” pode criar a ilusão de que estas se desdobram descendentemente, em uma conexão causa-efeito, na qual a causa, que tem sua origem nas esferas superiores de poder é “diluída” nos planos inferiores, onde o poder é efetivado concretamente.

Nesse sentido, podemos ainda perceber na historiografia que trata do Império Português, em linhas gerais, duas interpretações “centralistas” acerca das relações de poder entre o centro administrativo e as conquistas. A primeira sugere a existência de uma relação horizontal entre Portugal e seus territórios anexos, na qual estes aparecem como continuidade do reino. A segunda rompe com esta ideia de horizontalidade e propõe uma verticalização dessa relação entre metrópole e colônia, conferindo outro sentido ao processo de colonização.

² Seguindo a lógica introduzida e defendida pelo autor, a nosso ver, não apenas o panegírico, mas qualquer gênero de discurso memorial tem a faculdade de produzir tal efeito.

Nesta relação, a metrópole encontrar-se-ia no topo de uma pirâmide, impondo seu poder às colônias, com o objetivo principal de maximizar os ganhos com a exploração econômica desses territórios. Desta maneira, percebe-se que ambas as interpretações historiográficas são orientadas por uma lógica “centralista”, seja apresentando um centro que abrange os novos territórios por irradiação, inculcando os valores cristãos e europeus no seio dessas sociedades em formação, no intuito de moldá-las à sua imagem; ou apresentando um centro “tirânico” que oprime as áreas periféricas por meio de uma estrutura vertical, visando a obtenção de lucros com base na exploração predatória.

Questionando essas duas interpretações “centralistas” das relações entre o centro administrativo do Império Português e os territórios ultramarinos, uma nova historiografia mais preocupada com a historicidade da ação política, incidindo sobre um viés interpretativo que sublinha as escolhas que os atores políticos fizeram em seu momento, portanto, uma explicação do passado que se afasta da teleologia, e que vai além da “bipolaridade” que preside algumas das interpretações da dinâmica política do Império Português. Leva-se em consideração, além da sua dimensão prática ou racional, outros níveis normativos como a moral e a religião, que, concorrem para mobilizar as decisões humanas em sociedade. Paralelamente, uma nova história política tem recuperado o conceito de “sociedade corporativa”, que se tornou, dessa forma, uma importante chave interpretativa da organização política e administrativa das sociedades do Antigo Regime, como compreendemos o Império Português Ultramarino até meados do século XVIII. Com base nisso, acredita-se que o modelo corporativo, que servia como quadro referencial da cultura política do período, com todas as suas implicações morais e teológicas, foi sendo adaptado, pragmaticamente, aos contextos dos novos territórios por seus conquistadores portugueses, de acordo com a necessidades. As sociedades e seus modelos organizacionais não são estáticos, eles possuem, ao contrário, uma natureza elástica, que lhes permite a adaptação e readaptação perante as novas situações que se apresentam no cotidiano. Em virtude disso, os homens portugueses tiveram que reinventar (dentro do molde corporativo) a organização social e política das comunidades do além-mar, mas de uma maneira natural, ou seja, de acordo com a representação que tinham do devir das coisas. O modelo de organização política tinha como pilar fundamental a tradição cristã, que ordenava a sociedade de acordo com a concepção da

própria hierarquia celestial. Assim, esse modelo de organização e distribuição do poder possuía um modelo “natural” ou “originário”, herança da mentalidade medieval, na qual o atemporal era o fundamento e a medida da organização temporal. No entanto, como o mundo secular era tido como reflexo imperfeito do celestial, cabia ao homem equilibrá-lo frente aos conflitos, buscando a harmonia social, compondo novas soluções para as condições imprevistas. A mudança e adaptação das condições sociais e administrativas não são destoantes da organização política do reino, mas condizem com a lógica corporativa, que por sua característica natural era permeável às peculiaridades locais.

Nesse sentido, os discursos memoriais cumpriam uma importante finalidade nas sociedades de Antigo Regime, como o Império português. Eles transmitiam às sociedades que se desenvolviam no além-mar, uma diretriz política e social, que possibilitava aos homens das conquistas a adequação do seu comportamento, segundo o modelo de organização do Império. Isso não significava, no entanto, que esses discursos subordinassem completamente as ações políticas nas novas sociedades, que fossem seguidos à risca nas comunidades ultramarinas. Eles ofereciam uma diretiva que orientava a população dos novos territórios, balizando e legitimando seu comportamento político e suas instituições, pragmaticamente, segundo as necessidades e conveniência da experiência no além-mar, e de acordo com os princípios da tradição cristã difundida pela memória e pelo costume.

Por outro lado, a geografia, por si só, não explica a autonomia administrativa das comunidades locais. Esta prática era resultado da vivência do modelo político corporativo, segundo o qual, todos os corpos sociais, inclusive as corporações dentro do próprio reino, possuíam uma autonomia relativa de gestão, para melhor exercer suas respectivas funções.

Referencial Teórico

Os modelos de organização do poder estão diretamente ligados às representações profundas que os indivíduos têm de si mesmos e das suas relações em sociedade, ou seja, são dependentes do imaginário social acerca da sociedade e do poder. Sendo assim, as realidades estruturais como a demografia, o espaço, a economia, os meios de produção, não são autônomos em relação à ação conformadora da sociedade (HESPANHA, 1994: 295).

As ideias, enquanto força motriz da organização social, criam modelos de referência para a ação em sociedade, que, embora não sejam estritamente o “buril da história”, fazem perdurar determinados preceitos e representações no imaginário social, tornando pouco provável a transposição radical dessas estruturas de pensamento, e, igualmente a sua penetração por concepções que lhes são totalmente alheias.

Tais quadros referenciais alimentados pelas ideias influenciam a política, na medida em que se tornam parte da ação conformadora da sociedade que orienta os agentes nos objetivos do agir. Tal orientação inspira a forma como se interpreta o passado de modo a explicar o presente e a projetar um futuro. Sendo assim, a articulação dos planos das ideias com a ação que estrutura o poder medeia as relações pessoais, quando elas afetam o cotidiano de cada um, podendo provocar tanto resistência ou cooperação.

Resistências ou cooperações traduzem-se em estratégias cujos resultados possibilitam variadas formas de equilíbrio. Esta perspectiva dicotomias elite/trabalhadores ou centro/periferia, tanto interna quanto externamente à sociedade e à estrutura política. A cooperação e a rivalidade entre diversas estratégias individuais ou coletivas coexistem dentro da mesma realidade social (HEASPANHA, 1994: 7-15).

O pragmatismo contemporâneo tende a ver a hierarquização do poder político e econômico como natural, a partir da concepção clássica da igualdade originária dos homens. Focando assim suas análises no poder instituído pela ação dos “poderosos”, conferindo menor atenção às estratégias individuais dos cidadãos e das áreas periféricas no jogo do poder. Colocando essa relação em termos de progresso, a hierarquização é vista como um dado objetivo, sem levar em conta as circunstâncias históricas que institucionalizaram mecanismos de desigualdade. Essa contraposição entre poder de instituições econômicas e administrativas e as estratégias individuais e coletivas pautadas nas ideias usuais é necessária para que se compreenda a utilização do binômio poder e cultura nesse contexto. Por um lado tem o poder da cultura como ordenadora do agir do homem, e por outro há a cultura do poder, que contribui para a idealização da estrutura formal da administração social. Essas abordagens pragmáticas estão reguladas pelas regras do próprio poder, e não levam em consideração os contextos variáveis em que tal eficácia dos processos de hierarquização do poder realmente se dava (HESPANHA, 1994: 23-28).

Considerando a influência das ideias “progressistas” no discurso histórico, percebemos a ampla utilização das categorias de “nação” e de “estados centralizados” de maneira anacrônica na historiografia. Como coloca Estevão Martins ao se referir às considerações de Otto Brunner, “projetos anacrônicos de aplicação do instrumental conceitual moderno” para uma organização taxiológica de fenômenos passados. Os conceitos historiográficos forjados no século XIX, e projetados no passado para explicar a formação dos Estados Modernos podem não compor de forma satisfatória um quadro explicativo da organização da realidade social (MARTINS, 1984: 157).

Questionando a validade de uma historiografia que toma a justificação do progresso de um ideal político, seja este monárquico-cristão ou burguês-iluminista, por medida da realidade histórica ou unidade de análise desta, há algumas décadas, desenvolveu-se uma nova historiografia política, no intuito de superar a visão tradicionalista que partia da narrativa dos feitos das grandes personalidades políticas e das nações para explicar os fenômenos sociais, e que compreendia o poder como um monopólio do Estado, sempre projetado de “cima para baixo”.

Pretendendo também ir além de interpretações pouco abrangentes, que explicavam a realidade social baseada em uma conexão dicotômica entre centro e periferia, orientada somente pela lógica do capital, negligenciando algumas relações mais profundas da sociedade orientadas por estratégias individuais e coletivas, novos estudos têm surgido para incorporar algumas questões à historiografia sobre o Império português do século XVII, suscitando novas abordagens na interpretação das relações entre os territórios ultramarinos e o centro de poder. Ao mesmo tempo, introduziram-se novos conceitos, confrontando as teses clássicas da historiografia sobre o período, que explicavam tais relações numa dinâmica de oposição. Essas questões trazidas à tona pela nova história política permitiram a crítica às matrizes explicativas anteriores, ampliando seu alcance e ajustando determinados aspectos identificados como anacrônicos e/ou reducionistas.

Para apresentar essas novas discussões que vêm surgindo no cenário historiográfico, escolhemos António Manuel Hespanha, que compreende a organização política, jurídica e administrativa do Império português sob a lógica do modelo corporativo do Antigo Regime, para perceber a dinâmica dos quadros culturais oriundos do reino.

Anteriormente, nos referimos ao papel das ideias na conformação do discurso histórico e à influência do contexto social na escrita da história, isto é, tratamos acerca da historicidade da própria história, que é claramente dependente da organização sócio-política de um período e de um lugar, e não raramente, tende a fazer eco aos ideais dos “lugares sociais³” onde se operam sua produção. Uma vez admitido que as ideias possuem a faculdade de moldar o discurso do poder na história, criando um modelo interpretativo que se naturaliza com o tempo, pode-se também admitir um efeito semelhante da ação das ideias na organização do poder. Isto é dizer que as ideias que concorrem dentro de determinado recorte espaço-temporal conformam uma cultura política, com seu próprio ideal de organização e representação do poder, que dificilmente poderia ser entendido por meio de esquemas teóricos e modelos explicativos que abarcam apenas um nível de análise. Assim, muitas vezes a interpretação histórica não se adéqua à experiência social analisada, incorrendo em reducionismos e anacronismos.

Por outro lado, não ignoramos que, mesmo os discursos historiográficos naturalizados por um modelo explicativo que impele à aceitação de determinados termos *a priori*, possua diversas matizes oriundas de diversos autores e contextos. Podemos então dizer que, assim como acontece com o discurso histórico, a realidade histórica social, ainda que pautada por uma cultura política, não deve ser reduzida às matrizes explicativas *a priori*, como exploração econômica, luta de classes, centralização do poder, orgulho nacionalista, dentre outras. Isto é, deve-se, além disso, (e muitas vezes em vez disso) buscar a explicação em lugares menos evidentes, onde podemos perceber as nuances da dinâmica do poder, que extrapola o que a sociedade contemporânea compreende como político, ou como deveria ser a política, tal como as relações de solidariedade, as etiquetas sociais, o papel do afeto, da dignidade, da virtude, da moral. Enfim, o historiador deve buscar nas fontes aquilo que não aparece claramente no discurso, e que pode nos esclarecer a compreensão que os homens do período possuíam acerca de sua própria organização política e distribuição do poder.

Assim, da mesma maneira como não há uma coerência totalizante, mesmo dentro de uma determinada tradição historiográfica, mas sim uma dinâmica de aderências e resistências ao modelo explicativo, a realidade de determinado quadro estrutural de organização política é

³ Utilizando-nos da concepção de Michel de Certeau.

influenciado por diversas ideias confluentes ou divergentes. O papel do historiador, neste sentido, é perceber a maneira como essas ideias se organizam em profundo diálogo com o modelo e com a tradição política.

De acordo com a linha de pensamento proposto, se projetarmos a nossa concepção contemporânea da organização do Estado sobre a lógica da estrutura administrativa da monarquia portuguesa, concluiríamos que tal centralização deveria ser implantada de uma maneira direta e burocrática, por meio da criação de um sistema hierárquico, e encabeçada por oficiais régios que deveriam estender as decisões régias às regiões periféricas desse sistema político. Todavia, tal projeção não leva em consideração outras possibilidades de distribuição e exercício do poder.

Para se evitar a projeção de uma determinada matriz de organização do poder, típica de épocas posteriores ao Antigo Regime, é preciso realizar a crítica das fontes, empregando a hermenêutica aos documentos do período analisado.

No caso do estudo proposto, pretende-se que a crítica histórica dos documentos e fontes do Império português no século XVII possibilite interpretações diferentes daquelas consagradas pela historiografia que tendia a enfatizar a separação/oposição entre o centro de poder e os territórios ultramarinos, além da existência de um projeto colonial com o objetivo de sujeitar os novos territórios ao domínio do centro administrativo metropolitano. A análise dos discursos memoriais, com base em uma concepção “corporativa” da sociedade, permite compreender a cultura política do século XVII, de acordo com seus próprios valores e representações no âmbito político. Isso significa estudar a cultura política corporativa pela sua própria lógica, diferentemente de propostas que apostam em um modelo ou método centralista para interpretar a história política do século XVII.

O modelo de organização social ao qual nos referimos, e utilizamos como referencial teórico para o estudo proposto por este projeto estava fundamentado em uma concepção “corporativa” que compreendia as lógicas de distribuição do poder. Este não se reduzia exclusivamente à instância régia, tampouco emanava exclusivamente dela, mas concorria com outras esferas de poder dentro do cenário político. Autores como António Manuel Hespanha, Ernst Kantorowicz e José Manuel Nieto Soria sublinham o interesse de explicar esse tipo de sociedade por meio da teoria política da sociedade corporativa, da Idade Média ao Antigo

Regime, que acreditamos ter perdurado até meados do século XVIII, por constituir um referencial teórico mais apropriado a essas épocas. Nessa perspectiva, temas como o exercício do poder e da práxis social da corte ganham complexidade.

Observa-se que as sociedades de cunho corporativo se ordenavam em torno da primazia do político e do coletivo sobre os demais níveis de organização social. Portanto, os discursos memoriais do Império português do século XVII, como os que formam o corpo documental da pesquisa proposta, que reúne panegíricos e sermões fúnebres, tratados de bem morrer, crônicas laudatórias e manuais de bom governo, compõem suas narrativas de acordo com a visão ideal do agir político. Mais do que os “memoriáveis” em si, era a própria memória desses reis, governadores, nobres e militares, que aparece no cerne do discurso. Era mais o exemplo, do que o homenageado que “fazia história”.

Dessa maneira, em tais discursos, não é apenas o louvor ao indivíduo ou ao poder que orienta a narrativa da obra, mas o louvor ao bom exercício do poder, entendido pelos contemporâneos como a manutenção da justiça, ou a harmonia entre os diversos membros do corpo social, responsabilidade, sobretudo, dos grandes homens, ou seja, daqueles que, por meio de sua boa vida e morte, tornaram-se dignos de serem “memoriáveis”.

A partir da análise dos textos selecionados para a pesquisa, nossa interpretação privilegiará alguns aspectos específicos acerca do exercício, da construção e da representação do poder, na perspectiva do modelo da sociedade corporativa, que fomentava a cultura política do Império português no século XVII, relacionando a construção lógica dos discursos com as lógicas corporativas. Os aspectos a serem destacados na análise serão a autonomia relativa dos corpos sociais e seus representantes, a concepção de justiça como a harmonia social, ou a manutenção do bem comum da *respublica*, consolidado pela lógica de serviço e benefício, que deveria ser observada por toda a sociedade, principalmente pelos homens que ocupavam lugar de destaque na sociedade, como governadores gerais, vice-reis, militares, nobres e homens bons.

Os discursos memoriais sugeriam um ideal de conduta, de agir de acordo com a dignidade própria do título ou ofício exercido pelo homenageado. Assim, o ideal de dignidade deveria ser externado, não apenas por meio das insígnias que representavam as obrigações e virtudes morais de determinado corpo social, mas também pelos discursos memoriais, que,

desta maneira, tornavam-se também uma representação da dignidade, consolidada pelos tratados de bem morrer e manuais de boa conduta.

A propagação do ideal, que se desenvolve de acordo com a narrativa dos documentos e preceitos propostos pelos manuais, exercia a função de modelar a realidade política e social (LEVILLAIN, 2003: 141-184). Neste sentido, é preciso ressaltar que os discursos memoriais e os manuais não se encerram exclusivamente no domínio das ideias, e, dessa maneira, não estão à margem da realidade política, não são anteriores a esta, e não lhe conferem um sentido de acordo com uma perspectiva platônica. Tampouco são resultado de um processo linear e progressivo que parte de um projeto central ou hegemônico que se imprime e se multiplica nas práticas, nas relações sociais, nas instituições e nas representações. Ao contrário, a análise de tais textos nos permite compreender que o discurso é, por entre outros aspectos, agente constitutivo de todos esses fenômenos.

Os documentos selecionados fornecem um recorte significativo por meio do qual nos será possível traçar interpretações acerca das formas como esses discursos contribuíam para a definição dos parâmetros do poder, no sentido de criar uma representação dos direitos e deveres respectivos ao exercício de determinado cargo ou título. Constrói-se de forma alegórica a imagem de um bom cidadão e dos preceitos que devem ser praticados para alcançar tal imagem, conferindo legitimidade aos atos do homenageado e às lógicas normativas que os orientaram.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COELHO, Maria Filomena C.. *A justiça d'além-mar. Lógicas jurídicas feudais em Pernambuco* (séc. XVIII). Recife: Massangana - Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

COUTO, Aires do. Panegíricos de D. João III de Dois Humanistas de Quinhentos: João de Barros e Inácio de Moraes. In: *Revista Máthesis*, n.º 9, Faculdade de Letras, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras, Viseu, 2000.

COSENTINO, Francisco Carlos. Governo Geral do estado do Brasil: governações, jurisdições e conflitos (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Governadores Gerais do Estado do Brasil Séculos (XVIXVII)*: Ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig. 2009.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HESPANHA, António Manuel. Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português In: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva e FRAGOSO, João. (orgs.). *Na Trama das Redes: política e negócios no império português. séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. Florianópolis: Boiteux, 2005.

_____. As Estruturas Políticas Em Portugal Na Época Moderna. In: TENGARRINHA, José. *História de Portugal*. SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001.

_____. As Estruturas Políticas Em Portugal Na Época Moderna. In: TENGARRINHA, José. *História de Portugal*. SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001.

_____; XAVIER, Ângela Barreto. A economia do dom. Amizades e clientelas na ação política. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1992.

_____. A fazenda. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1992.

_____. A Punição e a Graça. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1992.

_____; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1992.

_____; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1992.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei*. Um estudo sobre a teologia política medieval. São Paulo: Cia das letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1993

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NIETO, SORIA, Jose Manuel. *Ceremonias de La Realeza*. Propaganda y Legitimacion en La Castilla Trastámara. Madrid: Editorial Nerea, 1993.

_____. *Fundamentos ideológicos del poder Real em Castilla (siglos XIII-XVI)* Eudema. S. A: Madrid, 1988.

PENNINGTON, K. Law: Law, legislative authority, and theories of government, 1150–1300. In: *The Cambridge History of Medieval Political Thought c.350–c.1450*. Ed. J. H. Burns. Cambridge University Press, 1988. Cambridge Histories Online. Cambridge University Press. 2011.

REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de escalas*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2005.

RUSSELL-WOOD, A. J. R.. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.18, n.36, 1998.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*, Brasília: Senado Federal, 2010.

SCWARTZ, Stuart B., e PÉCORA, Alcir (orgs.). *As Excelências do Governador. O Panegírico Fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHORSKE, Carl E.. *Pensando com a História: indagações na passagem para o Modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SERNA, Jorge Antonio Ruedas de la. *Arcádia: Tradição e Mudança*. Prefácio de Antonio Candido. São Paulo, Edusp, 1995.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O conceito de nobreza. In: *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

SILVA, A. C. L. F. da. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. In: *Cronos: Revista de História*., Pedro Leopoldo, n. 6, p. 194-223, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUZA, Laura de Mello e. Política e administração colonial: problemas e perspectivas. In: _____; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O Governo dos Povos*. São. Paulo: Alameda, 2009.

_____. *Política e Administração Colonial: Problemas e perspectivas*. In: *O Sol e a Sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SUBTIL, José, Os Poderes do Centro, In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal, O Antigo Regime*, Lisboa: Estampa, 1992.

TOCQUEVILLE, Alexis: *O Antigo Regime e a Revolução*. Tradução de Yvonne Jean. Brasília: Ed. UNB, 1979.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1975, tomo V.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.